



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	0. 08 / 06 / 1998
C	<i>Stolz</i> Rubrica

Processo : 13637.000108/95-57  
Acórdão : 203-03.112

Sessão : 10 de junho de 1997  
Recurso : 98.844  
Recorrente : GERALDO BATISTA GONÇALVES  
Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG

**ITR - VALOR DA TERRA NUA - ERRO NO PREENCHIMENTO DA DITR.** Constatado de forma inequívoca o erro no preenchimento da DITR, deve a autoridade administrativa rever o lançamento para adequá-lo aos elementos fáticos reais. Sendo manifestamente imprestável o valor da terra nua declarado pelo contribuinte para apurar o imposto devido e não havendo elementos nos autos que possam servir de parâmetro para fixação da base de cálculo, deve ser adotado o valor mínimo da terra nua, previsto na legislação, para aquele município. **Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: GERALDO BATISTA GONÇALVES.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1997

Otacilio Dantas Cartaxo  
Presidente

Ricardo Leite Rodrigues  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros F. Maurício R. de Alburquerque Silva, Francisco Sérgio Nalini, Mauro Wasilewski, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Renato Scalco Isquierdo e Sebastião Borges Taquary.

mas/



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13637.000108/95-57

Acórdão : 203-03.112

Recurso : 98.844

Recorrente : GERALDO BATISTA GONÇALVES.

## RELATÓRIO

O presente processo já foi apreciado duas vezes seguidas por esta Câmara, sendo a última na Sessão de 25 de setembro de 1996, ocasião em que, por unanimidade de votos, foi o julgamento do recurso convertido em diligência para que a repartição de origem solicitasse do INCRA alguns esclarecimentos sobre os documentos de fls.

Às fls. , foi anexado correspondência encaminhada pelo INCRA à Agência da Receita Federal em Barbacena- MG.

A fim de que os membros deste Colegiado tenham um melhor entendimento da lide ora em julgamento, farei uma síntese dos relatórios e votos anteriores.

*PL*

É o relatório.



Processo : 13637.000108/95-57  
Acórdão : 203-03.112

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR RICARDO LEITE RODRIGUES

Depois da realização de duas diligências solicitadas por nós para que todas as dúvidas fossem dirimidas, temos a certeza de podermos julgar o mérito desta lide.

Embora o município e o VTN declarado pelo contribuinte sejam diferentes dos constantes no brilhante voto prolatado pelo Conselheiro Renato Scalco Isquierdo, o mérito arguido e a decisão recorrida naquele processo, são os mesmos deste processo ora em julgamento.

Portanto, como se trata da mesma matéria, adoto e transcrevo parte do voto condutor do Acórdão nº 203-03.065, da lavra do ilustre Conselheiro acima citado:

“A questão central do presente processo é o valor do imóvel rural objeto do lançamento impugnado. A autoridade julgadora de primeira instância, a meu ver, não aprofundou a análise da questão como deveria, preferindo tangenciar abordando um aspecto formal - falta de prova das alegações - para indeferir o pleito do recorrente que era reduzir a base de cálculo do lançamento a valores condizentes com a realidade.

Não há dúvidas, pelo demonstrativo elaborado pelo recorrente, que o valor atribuído pelo recorrente ao imóvel é muitas vezes superior ao seu real valor. O Valor da Terra Nua mínimo - VTNm atribuído pela autoridade fiscal para os imóveis do município onde se localiza o imóvel objeto do lançamento que ora se aprecia foi fixado em R\$ 208,47 por hectare (IN SRF nº 42/96). O valor por hectare considerado pelo lançamento para o imóvel do recorrente foi de R\$ 2.331,96, mais de 10 vezes superior ao referido mínimo. Está evidente o erro no preenchimento da declaração. A **discrepância de valores é, por si só, a prova do referido erro.**

Constatado o erro no preenchimento da declaração, é obrigação da autoridade administrativa rever o lançamento de forma a adequá-lo aos elementos fáticos reais. Em face desse erro, a autoridade julgadora de primeira instância, pelos princípios da verdade material e da oficialidade, tinha a obrigação de buscar a verdade dos fatos e apurar o real valor do imóvel. Sem elementos nos autos que permitam a apuração desse valor, não resta outra alternativa senão a utilização do VTN mínimo fixado pela autoridade administrativa através da Instrução Normativa SRF nº 42/96 para o Município de Ouro Preto - MG.”



MINISTÉRIO DA FAZENDA

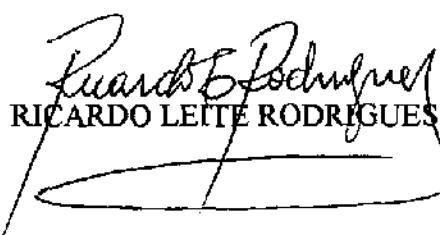
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13637.000108/95-57

Acórdão : 203-03.112

Por todo o exposto, voto no sentido de dar provimento ao recurso voluntário para reduzir o valor do ITR/94 lançado, devendo-se considerar para a base de cálculo do novo lançamento o VTNm de 181,18 UFIRs (Município de Piedade do Rio Grande - MG), atendendo assim, o disposto no artigo 20. da IN SRF nº 16/95, conforme informação contida no documento de fls.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1997

  
RICARDO LEITE RODRIGUES